

Ásia obstrui na ONU direitos humanos em Timor Leste

Os países asiáticos formaram uma frente hegemônica para obstruir nas Nações Unidas a criação - por iniciativa da União Européia - de uma comissão internacional para investigar as violações de direitos humanos cometidas no Timor Leste desde janeiro.

A discordância do bloco de 11 países asiáticos membros da Comissão de Direitos Humanos causou tensão nos debates do órgão, que nesta semana iniciou um período extraordinário de sessões para examinar os graves acontecimentos no Timor Leste. As críticas do Grupo Asiático concentraram-se contra o Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos, acusado de atuar sem imparcialidade, transparência nem objetividade. Por outro lado, não houve discordâncias quando à questão principal, a gravidade das violações cometidas pelas milícias pelas armadas pró-indonésias contra independentistas timorenses.

A própria representação da Indonésia junto à Comissão de Direitos Humanos deplorou, "com tristeza e energia", a espiral de violência desatada no Timor Leste depois da consulta popular de 30 agosto, que deu vitória à oposição independentista. O informe apresentado à Comissão pela Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Mary Robinson, sustenta que existem provas concretas de uma campanha "maliciosa e sistemática" com graves violações de direitos humanos na ex-colônia portuguesa. Ela informou que foram cometidos crimes desenfreados contra ativistas do movimento independentista, dirigentes comunitários e religiosos, incluindo assassinatos em massa em diversas localidades.

Além disso, foram expulsas do território, pela força, uma população entre 120 e 200 mil pessoas e praticadas violações de mulheres por parte de milicianos e militares indonésios, acrescenta o informe. Os países asiáticos não aceitaram o procedi-

mento empregado pelo Escritório do Alto Comissariado para a convocação do período extraordinário de sessões da Comissão de Direitos Humanos. A Indonésia questionou que a reunião foi convocada sem o aval da maioria dos 53 estados que integram a Comissão, principal órgão de direitos humanos do sistema da Organização das Nações Unidas.

No dia 16, quando venceu o prazo para obter a maioria favorável, apenas 26 países haviam aprovado, por meio de comunicação escrita, a realização da reunião, afirmou a representação indonésia. O Escritório do Alto Comissariado alegou que a delegação de Ruanda havia afirmado meia hora antes de terminar o prazo que seu governo tinha dificuldades técnicas para enviar seu texto concordando com a convocação. O voto de Ruanda completaria o total de 27 opiniões favoráveis, contra cinco negativas e quatro abstenções. Os assessores legais de Mary Robinson estimaram que o voto de Ruanda podia ser considerado válido e uma nova votação, no último dia 20, ratificou esse critério, desta vez com 28 votos a favor, 15 contra e duas abstenções.

A Indonésia afirmou que a segunda votação significou nada menos que uma mudança das regras processuais da Comissão de Direitos Humanos. Assim, acrescentou, "tememos que o crédito e a confiança entre as partes tenham ficado seriamente prejudicados". O representante do Japão, Nobutoshi Akao, expressou o descontentamento de seu país pela convocação da sessão sem apoio, e com o unânime rechaço devido a erros processuais, dos países da Ásia, região aonde está enclavado o Timor Leste.

A opinião da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) de que tanto a conveniência quanto a legalidade da sessão "podem ser questionadas" foi exposta pelas Filipinas. Mary Robinson reconheceu que a votação da convocação aconte-

ceu por meio de "um procedimento incomum". Entretanto, "houve uma clara maioria favorável. Compreendo que se trata de uma questão muito difícil para os membros do Grupo Asiático", acrescentou. Porém, afirmou, esses países que apresentaram objeções sérias e importantes ao procedimento utilizado "não desconheciam a substância do problema".

A representação filipina considerou que a reunião extraordinária da Comissão pode ser contraproducente, "embora isso possa ocorrer mais pela criação de um clima de animosidade entre os estados membros e também com o Escritório do Alto Comissariado". Em nome do Grupo Asiático, a delegação do Sri Lanka afirmou que não se considerou a opinião dessa região para realizar a convocação da sessão e tampouco foram feitas consultas com os países da região. Essa atitude, disse a delegação do Sri Lanka, corrói a confiança nos mecanismos de direitos humanos da ONU.

Por outro lado, a Comissão deverá se pronunciar provavelmente neste final de semana sobre um projeto de resolução apresentado pela Finlândia, em nome dos 15 países-membros da União Européia. A iniciativa pede ao secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, o estabelecimento de uma comissão internacional de investigação encarregada de recolher informações sobre as possíveis violações cometidas no Timor Leste desde janeiro último. As pessoas que cometeram ou autorizaram violações de direitos humanos ou do direito internacional humanitário são responsáveis de forma individual e deverão responder por esses atos perante a comunidade internacional, afirma a iniciativa européia. Mary Robinson declarou que os desencontros políticos e os obstáculos legais para perseguir os responsáveis pelas violações no Timor Leste poderiam ser resolvidos se já tivesse sido ratificada a criação do Tribunal Penal Internacional.